

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de junho de 2024 e 2023 e 31 de dezembro 2023 (Em milhares de Reais)

Gerência Geral de Gestão Financeira - GAFIN



SUMÁRIO

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL	3
NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS INTERMEDIÁRIAS DIRETRIZES CONTÁBEIS	4
2.1. <i>Declaração de Conformidade</i>	4
2.2. <i>Moeda Funcional e Moeda de Apresentação</i>	4
2.3. <i>Uso de Estimativas e Julgamento</i>	4
2.4. <i>Base de Mensuração</i>	5
2.4.1. <i>Regime de Escrituração das Transações:</i>	5
2.4.2. <i>Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários:</i>	5
2.4.3. <i>Aplicações Financeiras:</i>	5
2.4.4. <i>Almoxarifados:</i>	5
2.4.5. <i>Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido:</i>	5
2.4.6. <i>Benefícios a Empregados:</i>	6
2.4.7. <i>Provisões:</i>	6
2.4.8. <i>Ativos e Passivos contingenciais:</i>	6
2.4.9. <i>Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias:</i>	6
2.4.10. <i>Apuração do Resultado:</i>	7
2.4.11. <i>Determinação do Valor Justo:</i>	7
2.4.12. <i>Demonstração do Valor Adicionado – DVA</i>	7
NOTA 03 – DISPONIBILIDADE	7
3.1. <i>Caixa</i>	7
3.2 <i>Conta Única do Tesouro Nacional</i>	8
3.3. <i>Valores em Trânsito</i>	8
3.4. <i>Aplicações Financeiras</i>	8
NOTA 04 – CONTAS A RECEBER	8
4.1. <i>RFFSA</i>	8
4.2. <i>Créditos em Liquidação – Consórcio Grande Recife:</i>	9
NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS	9
5.1. <i>Penhoras Judiciais</i>	10
5.2. <i>Depósitos Judiciais</i>	10
NOTA 06 – IMPOSTOS A RECUPERAR	10
NOTA 07 – IMOBILIZADO	11
7.1. <i>Imobilizado Geral:</i>	11
7.2. <i>Imobilizado Detalhado</i>	11
7.3. <i>Imobilizações em Andamento</i>	12
7.4. <i>Depreciações</i>	13
NOTA 08 – INTANGÍVEL	13
NOTA 09 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	14
9.1 <i>Ações de Natureza Trabalhista</i>	15
9.2 <i>Ações de Natureza Cível</i>	15
9.3 <i>Ações de Natureza Tributária</i>	16
NOTA 10 – OBRIGAÇÕES A PAGAR	16
NOTA 11 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	17

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	17
12.1. Capital Social	17
12.2. Reserva de Reavaliação de Bens	18
12.3. Recursos para Aumento de Capital	18
12.4. Patrimônio Líquido Negativo	18
NOTA 13 – RECEITA BRUTA	18
NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19
NOTA 15 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	19
NOTA 16 – RESULTADO FINANCEIRO	20
NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	20
17.1. Dívida da REFER	21
NOTA 18 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS	21
NOTA 19 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO	22

As notas explicativas abaixo se referem a 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023. Os valores estão descritos em milhares de reais.

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS (CBTU)**, é uma empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada integralmente pela União Federal. A Companhia até dezembro de 2022, era vinculada ao **Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)** e, desde janeiro de 2023, passou a ser vinculada ao **Ministério das Cidades (MCID)**.

A CBTU foi constituída com base no art. 5º da **Lei 3.115/1957**, nos **Decretos 74.242/1974** e **Decreto 89.396/1984**, e reger-se pela **Lei 6.404/1976** (Lei das S.A.), pela **Lei 13.303/2016**, (Lei das Estatais) pelo **Decreto 8.945/2016**, além de seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis.

A Companhia tem por objeto:

- a) executar os planos e programas aprovados pelo MDR/MCID, em consonância com o **Plano Nacional de Viação**, destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano, conforme previsto no **Sistema Nacional de Transportes Urbanos**;
- b) planejar, estudar, projetar e construir a implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em consonância com às políticas de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) operar e explorar comercialmente os serviços de passageiros sobre trilhos;
- d) gerenciar as participações societárias da União em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos; e
- e) a exploração econômica da sua marca, patentes, denominação, insígnia, bem como de todos os recursos potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico, bens móveis e imóveis, áreas, espaços e, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros de forma direta ou consorciada.

A **CBTU** opera atualmente os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de **Recife, Maceió, João Pessoa e Natal**, promovendo a mobilidade e acessibilidade da população ao transporte público através da adoção de diretrizes que consolidam os **Metrôs e Veículos Leves sobre Trilhos (VLT)** como principais modais estratégicos para as grandes e médias cidades brasileiras.

Situação Patrimonial:

Neste trimestre a CBTU apresentou **patrimônio líquido negativo**, conforme detalhado na **Nota 12 – Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)**. Apesar disso, a continuidade operacional da Companhia não está comprometida, uma vez que a União,

como única acionista, **realiza aportes regulares de recursos por meio do Orçamento Geral da União (OGU)**. Esses recursos são alocados anualmente por meio da **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e são utilizados para o pagamento de despesas de custeio e investimentos.

Continuidade Operacional:

As atividades da Companhia são custeadas com **recursos oriundos do Tesouro Nacional**, assegurando a manutenção das operações, apesar do **prejuízo acumulado**. A execução financeira é realizada conforme os **sistemas estruturantes do orçamento federal**, garantindo a viabilidade econômica e operacional da CBTU.

A emissão das **Demonstrações Contábeis intermediárias de 30 de junho de 2024** foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 19 de novembro de 2024.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS INTERMEDIÁRIAS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade

As **Demonstrações Contábeis Intermediárias** da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o **Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária**, emitido pelo **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)** e aprovado pela **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**. Estas demonstrações também estão em conformidade com a **IAS 34 - Interim Financial Reporting**, emitida pelo **International Accounting Standards Board (IASB)**.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os elementos apresentados nas **Demonstrações Contábeis Intermediárias** são mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera. Dessa forma, a “moeda funcional” da Companhia é “o Real”, que também é utilizada como a moeda corrente nacional.

2.3. Uso de Estimativas e Julgamento

A preparação das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas e julgamentos por parte da administração, baseados nas informações disponíveis. Essas estimativas são revisadas de forma contínua e incluem áreas de maior incerteza, conforme detalhado nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7.3 – Imobilizações em Andamento:** Refere-se à contabilização dos ativos imobilizados que ainda estão em fase de construção ou instalação, o que exige a aplicação de estimativas sobre os custos totais e o tempo de conclusão;

- **Nota 09 – Provisão para Contingências:** Envolve o reconhecimento de provisões para litígios e outras obrigações contingentes, cujo resultado é incerto e depende de julgamentos baseados na probabilidade de perdas e montantes envolvidos; e
- **Nota 19 – Programa Nacional de Desestatização:** Trata-se da participação da Companhia no programa governamental, com estimativas relacionadas ao impacto financeiro de eventuais mudanças na estrutura de controle e gestão.

2.4. Base de Mensuração

As **Demonstrações Contábeis Intermediárias** da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

2.4.1. Regime de Escrituração das Transações:

A Companhia adota o **regime de competência** para o registro de suas operações.

2.4.2. Reconhecimento dos Efeitos Inflacionários:

Os efeitos da inflação sobre as Demonstrações Contábeis são reconhecidos mediante **atualizações monetárias e cambiais** de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, utilizando-se pelos respectivos índices aplicáveis.

2.4.3. Aplicações Financeiras:

As **aplicações financeiras** são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, conforme **CPC 48 – Instrumentos Financeiros** e em conformidade com a **Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.986 de 17 de fevereiro de 2022**.

2.4.4. Almoxarifados:

Os estoques mantidos nos almoxarifados estão avaliados pelo **custo médio de aquisição**, sendo que este não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. A Companhia está em processo de estudo para a implantação de uma política de estoques de forma a atender o **CPC 16 (R1) – Estoques**.

2.4.5. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido:

Os ativos imobilizados, intangível e diferido são demonstrados pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustados conforme os seguintes aspectos:

- **Depreciação:** O ativo imobilizado é depreciado pelo método linear, considerando-se o tempo de **vida útil dos bens** e as **taxas de depreciação** estabelecidas pelo **Decreto nº 9.580/2018** e pela **Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017**;

- **Teste de *Impairment*:** A CBTU realiza o **teste de *Impairment*** ao final de cada exercício para avaliar a recuperabilidade dos ativos. A **Gerência de Patrimônio (GEPAT)** não identificou a necessidade de fazer ajuste de *impairment* no período.
- **Intangível:** Composto basicamente por **direitos de uso e programas de softwares**, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, sendo amortizados pelos respectivos prazos de **vida útil definida**;

2.4.6. Benefícios a Empregados:

As obrigações de **benefícios de curto prazo** aos empregados são reconhecidas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

2.4.7. Provisões:

Uma provisão é reconhecida quando, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um **recurso econômico** seja exigido para liquidar a obrigação.

2.4.8. Ativos e Passivos contingenciais:

Ativos e passivos contingenciais são direitos ou obrigações possíveis que resultam de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade.

São contabilizados no balanço patrimonial quando a Companhia possui um ativo ou passivo formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtido futuramente. Os ativos ou passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** Decorrem basicamente de processos judiciais ou administrativos, envolvendo ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias entre outros riscos mensuráveis. São contabilizados se classificados como “prováveis” e mensuráveis de forma confiável, conforme avaliado por assessores legais, as contingências “possíveis” requerem somente divulgação e as “remotas” não requerem provisões ou divulgação.

2.4.9. Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias:

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de discussões judiciais sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram. Independentemente da avaliação da probabilidade de êxito, seus montantes são **provisionados integralmente** nas Demonstrações Contábeis.

2.4.10. Apuração do Resultado:

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o **regime contábil de competência**, refletindo os eventos econômicos nos respectivos períodos em que ocorrem.

2.4.11. Determinação do Valor Justo:

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do **valor justo** para os ativos e passivos financeiros é realizada por meio de técnicas de avaliação, como **fluxos de caixa descontados**, com base em taxas de mercado observáveis na data de mensuração. A política de valor justo visa assegurar que as transações representem uma troca entre partes não relacionadas em condições normais de mercado.

2.4.12. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, especialmente a **Lei nº 13.303/2016**, o **Decreto nº 8.945/2016** e os normativos da CVM, a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada conforme as disposições contidas no **CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado**. A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como essas riquezas foram distribuídas.

NOTA 03 – DISPONIBILIDADE

Este grupo de contas é composto por valores disponíveis em caixa, valores em trânsito oriundos da arrecadação de receitas, aplicações financeiras de **liquidez imediata** e os saldos mantidos na **Conta única do Tesouro Nacional**, que incluem repasses do Tesouro Nacional e recursos próprios da Companhia. Estes recursos são destinados a cobrir as despesas previstas no orçamento da CBTU, conforme autorizado pela **Lei Orçamentária Anual (LOA)**.

Composição da Disponibilidade:

	Jun/2024	Dez/2023
Caixa - 3.1	34	34
Conta Única do Tesouro Nacional - 3.2	101.529	67.300
Valores em Trânsito - 3.3	2.871	2.078
Aplicações Financeiras - 3.4	1.900	1.761
Total:	106.334	71.173

3.1. Caixa

Os valores em **caixa** referem-se ao dinheiro disponível fisicamente nas unidades operacionais da Companhia para a cobertura de pequenas despesas correntes.

3.2 Conta Única do Tesouro Nacional

Os recursos mantidos na Conta Única do Tesouro Nacional são oriundos de repasses do **Orçamento Geral da União (OGU)** e de recursos próprios da CBTU. Esses valores são destinados exclusivamente ao pagamento de despesas operacionais e investimentos previstos no orçamento da Companhia, conforme a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**.

3.3. Valores em Trânsito

Os valores em trânsito representam recursos oriundos da arrecadação de bilhetes de transporte, tarifas e outros serviços que, embora ainda não tenham sido creditados nas contas bancárias da CBTU, já estão em processo de liquidação e contabilizados como receita do período.

3.4. Aplicações Financeiras

As **aplicações financeiras** correspondem a investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e são registradas ao custo acrescido dos rendimentos proporcionais até a data de apuração. Tais aplicações seguem os critérios estabelecidos no **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**, e visam à manutenção da liquidez da Companhia com segurança e eficiência na rentabilidade.

NOTA 04 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

	Jun/2024	Dez/2023
RFFSA - 4.1	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	454	454
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	85	92
Créditos em Liquidação - 4.2	100.076	99.305
OUTRAS	545	333
	116.028	115.052
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	(110.299)	(110.299)
Total:	5.729	4.753

4.1. RFFSA

Esta conta refere-se a desembolsos realizados pela CBTU, anteriormente de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são provenientes de **desapropriações e obras de expansão** da extinta

Superintendência de Trens Urbanos (STU) de Belo Horizonte, executadas em áreas de influência tanto da CBTU quanto da RFSA. Para apuração desses custos, foi aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos.

A extinta RFFSA, no entanto, está questionando diversos aspectos do critério de rateio aplicado. Conservadoramente, a CBTU constituiu uma provisão para **créditos de liquidação duvidosa** relativa aos valores contestados.

Considerando que não houve acordo entre as partes, com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a Advocacia Geral da União (AGU) para mediação. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a participação da **Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF/AGU)** onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos. As discussões continuaram no segundo trimestre de 2024 com o envolvimento de outras entidades, como o Ministério das Cidades (MCID), Ministério da Fazenda e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

4.2. Créditos em Liquidação – Consórcio Grande Recife:

Esta rubrica refere-se a valores devido pelo **Consórcio Grande Recife**, relacionada a parcela da CBTU na partilha tarifária da integração ônibus-metrô, contestados pelo Consórcio em relação aos cálculos apresentados pela CBTU. Atualmente, existe três processos judiciais em curso para cobrar o débito, sendo que a CBTU ensejou também a inscrição do Consórcio no **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)**.

Além disso, foi protocolada uma representação no Ministério Público Federal contra os Presidentes do Consórcio e **do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros (Urbana)**.

Dada a ausência de perspectivas de resolução para esses créditos, seja pela RFFSA ou pelo Consórcio Grande Recife, e considerando os preceitos do **CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, a CBTU constituiu provisões para perdas ao valor recuperável, abrangendo também créditos referentes a precatórios da ação contra a Prefeitura de São Paulo.

NOTA 05 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais refletem valores retidos pela CBTU em virtude de disputas judiciais, incluindo penhoras e depósitos recursais. A seguir, detalhamos os principais componentes deste grupo:

	<u>Jun/2024</u>	<u>Dez/2023</u>
Penhoras judiciais 5.1	6.031	6.273
Depósitos Judiciais 5.2	58.629	55.096
Saldo do Período	64.660	61.369

5.1. Penhoras Judiciais

As penhoras judiciais referem-se a penhoras na receita de bilheteria, principalmente na Superintendências de Trens Urbanos de Recife. Esses bloqueios decorrem de processos judiciais nos quais a Companhia é parte. A composição detalhada dos valores relacionados às penhoras é apresentada abaixo:

	Jun/2024			Dez/2023		
	REC	OUTRAS	TOTAL	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	6.048	225	6.273	6.172	225	6.397
Penhoras do Período	188	-	188	-	-	-
Recuperação de Penhoras	(430)	-	(430)	(124)	-	(124)
Baixa BH	-	-	-	-	-	-
Saldo do Período	5.806	225	6.031	6.048	225	6.273

5.2. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são constituídos principalmente por pagamentos de **depósitos recursais trabalhistas**, que visam à reforma de sentenças em ações em que a CBTU é parte. Em 2022, foi instituído um Grupo de Trabalho, com o propósito de **depuração e regularização** das contas de depósitos judiciais, estão em curso com foco na correlação entre os depósitos e os processos judiciais ativos.

Esse grupo também atua no registro contábil adequado das atualizações monetárias dos depósitos. A conclusão desse processo está prevista para o quarto trimestre de 2024.

Segue a composição de Depósitos Judiciais:

	Jun/2024	Dez/2023
Saldo do Exercício Anterior	55.096	44.857
Adições	6.810	15.266
Baixas	(3.277)	(5.027)
Saldo do Período	58.629	55.096

NOTA 06 – IMPOSTOS A RECUPERAR

A rubrica de impostos a recuperar representa valores relacionados a processos de restituições de **Tributos e Contribuições Federais**, principalmente relacionados ao **Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras** de recursos próprios da Companhia. Esses valores são corrigidos com base na taxa referencial do **Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC** e estão em processo de compensação junto à Receita Federal.

Segue a composição dos Impostos a Recuperar:

	<u>Jun/2024</u>	<u>Dez/2023</u>
Saldo do Exercício Anterior	2.552	2.412
Adições	7	9
Baixas	-	(137)
Variação Monetária	283	268
Saldo do Período	2.842	2.552

NOTA 07 – IMOBILIZADO

7.1. Imobilizado Geral:

Esta rubrica corresponde aos Bens Móveis e Imóveis utilizados na operação e administração da CBTU. Cabe destacar que a transferências dos Bens Imóveis da **Unidade de Belo Horizonte** para o **Estado de Minas Gerais**, cindida em setembro de 2022, ainda não foi concluída. As tratativas para regularização da documentação estão em andamento junto à Direção da CBTU.

Segue a movimentação do Imobilizado Geral:

	<u>Jun/2024</u>	<u>Dez/2023</u>
Saldo do Exercício Anterior	2.202.671	2.237.519
Adições / Doação	29.173	37.889
Baixas	(908)	(10.724)
Baixa Impairment	24	-
Depreciações	(27.872)	(60.475)
Transferencia Intangível	-	(1.538)
Saldo do Período	2.203.088	2.202.671

7.2. Imobilizado Detalhado

Segue a composição do Imobilizado Detalhado:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	Jun/2024	Dez/2023
Terrenos	-	228.508	228.508
Edificações	1,25 a 2,00	407.354	405.166
Instalações	2,00 a 3,33	748.863	742.565
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	887.349	885.443
Veículos	20	9.638	9.661
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	65.598	59.563
Outras Imobilizações Tangíveis	10	43.691	41.193
Imobilizações em Andamento	-	369.368	360.992
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	436.442	436.442
		3.196.811	3.169.533
Bens Imóveis Não Operacionais - BH		565.211	565.211
Depreciações Acumuladas		(1.190.536)	(1.163.643)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(368.398)	(368.430)
Total:		2.203.088	2.202.671

7.3. Imobilizações em Andamento

As **imobilizações em andamento** representam investimentos em **obras e aquisições** cujos contratos estão em execução.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização celebrados com a **CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**, do Estado de São Paulo e para a **Central Logística**, do Estado do Rio de Janeiro. Até o momento, não houve manifestação formal das partes quanto à aceitação ou contestação desses contratos.

Considerando que as tratativas relacionadas às cisões de São Paulo e Rio de Janeiro não foram concluídas, desde 2019, está provisionado o valor total de **R\$ 331.308 mil** relativo aos investimentos em andamento nessas localidades, em conformidade com as exigências do **CPC 27 – Ativo Imobilizado** e do **CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. A baixa desse valor ocorrerá após a conclusão formal das cisões com as empresas beneficiárias.

Segue a composição das Imobilizações em Andamento:

	Jun/2024	Dez/2023
Sistema de Recife	10.042	12.274
Sistema do Rio de Janeiro	97.960	97.960
Sistema de São Paulo	227.515	227.515
Outras Obras	33.851	23.243
Subtotal:	369.368	360.992
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(363.044)	(368.430)
Total:	39.134	25.372

7.4. Depreciações

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo **método linear**, considerando o tempo estimado de **vida útil dos bens** e aplicando as taxas estabelecidas pelo **Decreto nº 9.580/2018** e pela **Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017**.

NOTA 08 – INTANGÍVEL

O ativo Intangível da Companhia compreende, basicamente por **direitos de uso e aquisição de softwares** utilizados nas operações administrativas e operacionais da CBTU. Esses ativos são amortizados com base no prazo de **vida útil definido**, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo **CPC 04 (R1) – Ativo Intangível**.

Reconhecimento e Mensuração:

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao **custo de aquisição** ou desenvolvimento, quando é provável que trarão benefícios econômicos futuros e quando os custos podem ser mensurados de forma confiável. Após o reconhecimento inicial, os ativos são mensurados ao **custo**, deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, de eventuais perdas por **redução ao valor recuperável** (*impairment*).

Vida Útil e Amortização:

A amortização dos softwares é calculada de forma sistemática pelo método linear ao longo da **vida útil estimada**. Essa estimativa reflete o tempo em que a CBTU espera obter os benefícios econômicos dos softwares e pode ser revisada periodicamente.

A amortização dos ativos intangíveis está de acordo com os preceitos do **CPC 04 (R1)**, sendo registrada nas despesas operacionais ao longo do período de uso dos softwares.

Segue a composição do Intangível:

	Jun/2024	Dez/2023
Saldo do Exercício Anterior	19.329	17.455
Adições	-	336
Baixas	-	-
Transferência do Imobilizado	-	1.538
Saldo do Período	19.329	19.329

Testes de Recuperabilidade (*Impairment*):

Os ativos intangíveis são submetidos anualmente a **testes de recuperabilidade**, conforme o **CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, para garantir que o valor contábil não exceda o valor recuperável dos ativos. Caso seja identificado um valor contábil superior ao recuperável, é constituída uma provisão para perda por *impairment*.

NOTA 09 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de desembolsos futuros relacionados a **ações judiciais** de natureza **trabalhista, cível e tributária**, movidas contra a Companhia. Essa provisão está em conformidade com a legislação societária e segue os preceitos estabelecidos pelo **CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**.

A constituição dessas provisões ocorre quando a CBTU entende que há uma **obrigação presente** em decorrência de eventos passados, cuja saída de recursos para liquidar a obrigação seja **“provável”** e o valor possa ser **mensurado com suficiente segurança**. Já os passivos classificados como **“possíveis”** são divulgados apenas em nota explicativa, sem provisão constituída.

Segue a composição de Provisão para Contingências:

PROVÁVEIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL	
				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Saldo em 31/12/2023	289.490	487.370	82.236	434.668	424.428
Reversão de Provisão	(259.506)	(418.177)	(83.926)	(341.724)	(419.885)
Provisão do Exercício	285.446	296.260	40.159	582.659	39.206
Variação Monetária	10.467	6.836	1.224	16.454	2.073
Saldo em 30/06/2024	325.897	372.289	39.693	692.057	45.822

9.1 Ações de Natureza Trabalhista

A CBTU está envolvida em **3.274 ações de natureza trabalhista**, das quais **481** foram classificadas como “**prováveis**” e 1.436 como “**possíveis**”, com provisão constituída no valor de **R\$ 325.897 mil**, em valores corrigidos, sem prazo definido para pagamento.

Dentre as principais demandas estão:

- Readmissão de empregados anistiados;
- Reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES);
- Incorporação da gratificação da função de confiança; e
- Isonomia, horas extras, adicional de periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

Uma ação relevante que se destaca envolve o **Sindicato SINDIMETRO** de Recife (processo nº 0000255-22.2011.5.06.0020) relacionada ao pagamento de anuênios, cujo valor corrigido é de **R\$ 196.254 mil** classificada no Passivo Circulante. Outra ação que destaca-se é a ação Coletiva (processo nº 0145200-53.2009.5.01.0007), atualmente em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), refere-se à transferência irregular de agentes de segurança da CBTU, admitidos por seleção pública externa, para a Flumitrens, no estado do Rio de Janeiro. Em 2021, foi determinado que as execuções seriam tratadas individualmente, implicando que o cálculo e pagamento de valores específicos para cada agente à medida que as execuções fossem ajuizadas. Contudo, até o momento, essas execuções individuais não foram iniciadas, o que impede uma definição precisa do risco fiscal.

Diante desse cenário, a ação coletiva permanece classificada como “**possível**”, uma vez que as ações individuais ainda não forem ajuizadas. Embora haja um risco potencial envolvido, não há, no momento, uma obrigatoriedade de pagamento.

Em abril de 2024, foi apresentada uma proposta de acordo à Diretoria. No entanto, essa proposta ainda está em fase inicial de discussão e não configura um pagamento iminente para este ano. Mesmo que o acordo seja formalizado, ele precisará tramitar pelo Conselho de Administração e, posteriormente, ser aprovado pelo Ministério das Cidades. O valor envolvido na ação, será apurado individualmente, para cada agente, conforme as execuções forem ajuizadas.

9.2 Ações de Natureza Cível

A CBTU é parte em **1.514 ações de natureza cíveis**, das quais **153** são classificadas como “**prováveis**” e 553 como “**possíveis**”, com provisão constituída no valor de **R\$ 372.289 mil**. Entre as ações cíveis, 38 processos foram reclassificadas do passivo não circulante para o circulante, elevando a provisão de curto prazo em **R\$ 270.402 mil** no segundo trimestre de 2024.

As ações cíveis envolvem, principalmente:

- Indenizações decorrentes de acidentes ferroviários;
- Desapropriações de imóveis; e

- Condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

Uma ação de destaque é o processo nº 0820880-66.2019.4.05.8300, movido pela Construtora OAS S/A, que busca o ressarcimento de despesas adicionais decorrentes da execução do Contrato 19/98-DT. Essas despesas resultaram, principalmente, do atraso na entrega das áreas necessárias para o andamento das obras, atraso atribuído exclusivamente à CBTU, conforme reconhecido pela própria Companhia durante os debates em primeira instância do (Processo nº 001.2005.0202827-6).

Inicialmente, estimava-se que a CBTU garantiria o juízo no valor de R\$ 220.021 mil em menos de 12 meses, levando à classificação do valor como **passivo circulante**. No entanto, uma decisão em agravo de instrumento reconheceu o direito da CBTU de pagar débito por meio de precatório, alterando a classificação para **não circulante**. O valor atualizado da ação é de **R\$ 267.302 mil**.

9.3 Ações de Natureza Tributária

Das **747 ações de natureza tributária**, **246** são classificadas como “**prováveis**” e 32 como possíveis, com provisão constituída no valor de **R\$ 39.693 mil**. As ações tributárias envolvem **execuções fiscais e tributárias**, incluindo impostos, taxas e contribuições previdenciárias. Houve redução no valor de risco dos processos tributários devido à garantia integral dos valores em execução.

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

Conforme demonstrado no quadro abaixo, os principais valores das obrigações a pagar incluem: Pensões Vitalícias e valores relacionados à Descentralização Orçamentária /Financeira do MDR. Esses valores estão sendo analisados para baixa, em conjunto com o MCID, com previsão de conclusão em 2024.

A descentralização mencionada refere-se à Transferência de Execução Descentralizada (TED), um instrumento utilizado para transferir recursos entre órgãos e entidades da administração pública, visando a execução de atividades e projetos específicos, sem alterar o orçamento original. Esse mecanismo facilita a gestão financeira entre diferentes órgãos federais e é regulamentado pelo **Decreto 10.426/2020**.

Segue a composição de Obrigações a Pagar:

	Jun/2024	Dez/2023
Pensão Vitalícia	3.762	3.429
Integração Tarifária	232	233
Descentralização	47.741	43.253
Outras	635	1.001
Total:	52.370	47.916

NOTA 11 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Esta rubrica registra os recursos da União destinados a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, conforme estabelecido pelo Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

Houve a subscrição do Capital Social, conforme Ata AGO/E de nº 01 e 02-2024 de 26/04/2024, do valor de R\$ 157 mil atualizado até a data da reunião. Este valor é referente à atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao intervalo entre a data da assembleia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

12.1. Capital Social

O Capital Social integralizado da CBTU é de R\$ 6.456.613 mil, representado por 18.642.346.766.155 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencente integralmente à União.

Em 26 de abril de 2024, houve uma subscrição de R\$ 130.899 mil no Capital Social, conforme Ata AGO/E de nº 01 e 02-2024. Esses valores referem-se a atualizações monetárias dos anos de 2019 a 2024 no valor de R\$ 157 mil conforme a **Nota 11 – Recursos para Aumento de Capital**, e aportes de capital dos anos de 2021 e 2022, nos valores de R\$ 33.595 mil e R\$ 97.147 mil, respectivamente.

A União, como única acionista, realiza aportes através do Orçamento Geral da União (OGU) para custear as despesas operacionais e os investimentos da CBTU, com recursos provenientes do Tesouro Nacional. Esses recursos são alocados anualmente pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e executados integralmente nos sistemas federais de orçamento.

12.2. Reserva de Reavaliação de Bens

Essa reserva foi constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita através de depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, sendo registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no **CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08**, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

12.3. Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU deixou de ser uma Sociedade de Economia Mista para se tornar uma Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC dos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

Em 26 de abril de 2024, houve uma subscrição de R\$ 130.742 mil no Capital Social, conforme Ata AGO/E de nº 01 e 02-2024. Esses valores referem-se a aportes de capital dos anos de 2021 e 2022, nos valores de R\$ 33.595 mil e R\$ 97.147 mil, respectivamente.

12.4. Patrimônio Líquido Negativo

A CBTU apresentou um patrimônio líquido negativo de R\$ 1.649.312 mil, em decorrência dos prejuízos acumulados. No entanto, como Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional, não está sujeita à lei de falências, sendo assegurado pelo Governo Federal garante qualquer necessidade de recursos, eliminando o risco à continuidade operacional.

NOTA 13 – RECEITA BRUTA

A Receita Bruta da Companhia inclui as receitas, de arrecadação das bilheterias, de integração tarifária e de aluguéis conforme demonstrado abaixo.

Segue a composição da Receita Bruta:

	Jun/2024		Jun/2023	
	TRANSPORTE	ALUGUEL	TRANSPORTE	ALUGUEL
REC	36.926	1.642	42.755	1.506
NAT	1.787	26	1.644	51
MAC	442	20	432	62
JOP	751	15	784	23
Total:	39.906	1.703	45.615	1.642

NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Este grupo compreende as despesas relacionadas diretamente com a operação e a manutenção dos sistemas operacionais da CBTU.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados:

	Jun/2024	Jun/2023
Pessoal, Encargos e Benefícios	207.379	195.378
Concessionárias	15.251	15.519
Serviços de Terceiros	55.856	48.325
Materiais	11.686	11.509
Total:	290.172	270.731

NOTA 15 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

As subvenções para custeio são recursos financeiros transferidos pela União à CBTU, com o objetivo de complementar suas despesas operacionais. Esses aportes garantem a continuidade das atividades da Companhia, assegurando que ela consiga cumprir suas obrigações financeiras relacionadas à operação e manutenção dos sistemas de transporte público que administra. Tais recursos são essenciais para cobrir déficits operacionais e manter a prestação dos serviços de forma eficiente.

A previsão legal que regula a concessão de subvenções está disposta **no art. 12 da Lei nº 4.320/64**, que estabelece as normas gerais para a execução do orçamento público no Brasil. Além disso, o **Decreto nº 93.872/86** detalha os procedimentos para a liberação e controle desses recursos, reforçando a responsabilidade de sua utilização para os fins a que se destinam.

Segue a composição das Subvenções Recebidas:

	Jun/2024	Jun/2023
Pessoal, Encargos e Benefícios	281.720	242.218
Despesas Decorrentes de Sentenças	262.516	229.373
Custeio	72.045	60.387
Total:	616.281	531.978

NOTA 16 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro decorre principalmente dos encargos da dívida com a REFER, conforme detalhado na **Nota 17.1 – Dívida REFER** e os efeitos da variação monetária sobre as provisões para contingências, conforme explicado na **Nota 09 – Provisão para Contingências**.

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras:

RECEITAS FINACEIRAS	Jun/2024	Jun/2023
Variação Monetária de Tributos a Recuperar	283	135
Juros de Aplicações Financeiras	95	51
Outras	54	68
TOTAL	432	254

DESPESAS FINACEIRAS	Jun/2024	Jun/2023
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	188.761	208.180
Variação Monet. Rec. p/ Aumento de Capital	5	9
Variação Monetária de Contingências	20.019	-
Outras	303	6
TOTAL	209.088	208.195
Total:	(208.656)	(207.941)

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no **CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas**, esta nota apresenta as transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, que incluem transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não contrapartida financeira ou valor monetário envolvido.

Segue a composição das Partes Relacionadas:

PARTE RELACIONADA	DESPESA	
	Jun/2024	Jun/2023
EBCT-EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELÉGRAFOS ⁽¹⁾	34	56
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO ⁽²⁾	4	5
PETROBRÁS ⁽³⁾	2.107	2.033
REFER ⁽⁴⁾	182.685	-

(1) Serviço de malote.

(2) Serviço de publicação de materiais legais.

(3) Serviço de fornecimento de óleo diesel.

(4) Fundo de previdência privada.

17.1. Dívida da REFER

Em 19 de abril de 2021, a CBTU homologou um acordo judicial para pagamento da dívida com a REFER, no montante de R\$ 2.780.411 mil, com base em 31 de março de 2020. O acordo será pago em até 18 anos, em parcelas mensais, com juros de 6% ao ano e corrigido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Este acordo visa resolver o déficit previdenciário acumulado nos planos da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, que representava o risco às aposentadorias e a continuidade das atividades da REFER.

O saldo em 30 de junho de 2024 é de R\$ 370.275 mil no passivo circulante e R\$ 2.836.732 mil no passivo não circulante.

	Jun/2024	Dez/2023
Saldo do Exercício Anterior	3.200.931	3.242.419
Juros e Encargos	188.761	313.761
Pagto do Acordo	(182.685)	(355.249)
Saldo do Exercício	3.207.007	3.200.931

NOTA 18 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS

O plano de cargos e salários da CBTU, juntamente com a legislação específica vigente, estabelece os critérios para as remunerações dos membros do Conselho de administração, fiscal da diretoria e dos empregados.

A seguir são apresentadas a composição das remunerações pagas na data base de 30 de junho de 2024:

Categoria	Rumuneração Máxima	Rumuneração Mínima	Média Mensal
Conselheiros de Administração e Fiscal	N/A	N/A	R\$ 2.801,91
Dirigentes da CBTU	R\$ 28.019,17	R\$ 24.364,65	R\$ 25.585,82
Empregados da CBTU	R\$ 51.763,29	R\$ 2.123,72	R\$ 11.349,43

Ressalta-se que todas as remunerações que excedem o teto constitucional de R\$ 44.008,52 (a partir de 01/02/2024 – Lei Federal nº 14.520, de 09/01/2023), sofre corte até este valor.

- **Quantidade de empregados:** é de 2.848.

NOTA 19 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 8 de maio de 2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada para inclusão no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência (PPI) e no Programa Nacional de Desestatização (PND). Essa qualificação foi ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

Posteriormente, a Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020, aprovou o processo de Reestruturação Societária da CBTU, com a criação de cinco subsidiárias integrais. Cada uma dessas subsidiárias irá incorporar parcelas específicas do patrimônio da empresa, pertinentes às atividades das suas Superintendências Regionais.

Os trabalhos de reestruturação societária para as Superintendências de Trens Urbanos (STUs) em Recife, Natal, Maceió e João Pessoa foram retomados em 2023, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seguem em curso.

VERA LÚCIA TAVARES ALMEIDA
Gerente Técnica de Contabilidade e Custos
CRC-RJ 097.126

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora de Administração e Finanças – Interina

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente